

A caminho de um novo mundo

Autoridades e especialistas ressaltam os avanços e desafios que a Inteligência Artificial oferece a um país como o Brasil

» LUANA PATRIOLINO
 » ALINE BRITO
 » HENRIQUE LESSA
 » NAUM GILÓ
 » MARINA DANTAS*
 » SARAH PAES
 Especial para o **Correio**

Disruptiva, revolucionária, fascinante, ameaçadora. São muitas as palavras para qualificar uma das mais tendências mais faladas nesta terceira década do século 21: a inteligência artificial. A coqueluche da tecnologia se insere com rapidez impressionante em setores tão diversos como turismo, medicina, segurança pública ou educação. Essa mudança em ritmo acelerado, entretanto, impõe questionamentos éticos importantes, além de debates sobre a regulação dessa tecnologia de aplicações vastíssimas.

A fim de propor uma reflexão sobre essa revolução tecnológica, o **Correio Braziliense** promoveu o debate *Inteligência Artificial e as Novas Tecnologias: os Impactos no Mercado Brasileiro*. Com apoio do Sebrae, o encontro abordou diversos aspectos da IA, em particular o debate no Congresso Nacional, onde tramita uma proposta de regulamentação do tema, e as condições do Brasil no contexto de disruptão econômica e tecnológica.

Representantes dos três Poderes da República, acadêmicos e executivos da área de inovação debateram a importância de tomar medidas para garantir uma abordagem responsável e ética em relação à IA.

No Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) apresentou uma proposta de regulamentação da IA (PL 2.338/2023), a partir de outros projetos que tratam do assunto e do trabalho elaborado por uma comissão de juristas.

Relator da matéria, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) acredita que o texto será votado nas duas Casas Legislativas até o fim do ano. A ideia é chegar à reunião do G20 no Rio de Janeiro, em novembro, com uma proposta alinhada pelos parlamentares.

Gomes cobrou o engajamento do governo federal no aprimoramento da tecnologia. "Abrimos completamente o relatório ao Poder Executivo, para que o governo colaborasse com a construção do documento", disse. "Do que adianta a nossa interrogação sobre condições de trabalho se o governo não tiver uma política de fomento?", completou.

Há questões relevantes que precisam ser consideradas sobre o alcance da legislação. A IA é a combinação de algoritmos projetados para criar máquinas que tenham capacidades que lembram o pensamento humano. O sistema consegue aprender, perceber, raciocinar, decidir e deliberar de forma racional e inteligente. Eficiente, a tecnologia permite uma maior automação em processos e redução de custos, além de maior comodidade para o usuário.

Do lado ruim, as milícias digitais usam o mecanismo para delitos como violação de privacidade e uso indevido de dados pessoais. O uso malicioso da IA também é alvo da Justiça Eleitoral.

Dante desse cenário complexo, Gomes avisou que está mais preocupado com a qualidade da lei em gestação. "O Congresso Nacional avança muito quando aprova boas leis e avança mais ainda quando não aprova leis ruins. Vamos ter, minimamente, uma estratégia de desenvolvimento que preserve direitos, mas que não tire dos brasileiros, um povo que tem uma característica absolutamente voltada para as tecnologias", afirmou. O objetivo, adiantou o senador, é que a IA tenha a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão regulador.

Segundo o senador Izalci Lucas (PL-DF), integrante da Comissão Interna do Senado sobre Inteligência Artificial (IA), o



CB Debate sobre 'Inteligência Artificial: avanço tecnológico impõe discussões que envolvem regulação, ética, qualificação e ganhos sociais em um país com deficit educacional'



Qual o custo e o impacto da IA, especialmente em países como o Brasil, que não têm investido em tecnologias e já sofre com a falta de profissionais qualificados de ponta?

Izalci Lucas (PL-DF), senador



O Congresso Nacional avança muito quando aprova boas leis e avança mais ainda quando não aprova leis ruins."

Eduardo Gomes (PL-TO), senador relator do projeto de lei sobre IA



Roberval Belinati: IA é avanço no TJDF, mas não substitui o homem



Henrique Miguel, secretário do MCTI: Brasil tem estratégia



Marcio Pereira: governo de Goiás criou centro de excelência em IA



Jorge Mizael: regulação não pode ser uma "parede" a criar obstáculos



Ricardo de Queiroz: direito autoral e emprego são fundamentais

mercado da IA deve gerar um volume de US\$ 13 trilhões nos próximos anos. Ele lembrou que Brasil precisa se preparar para esta nova realidade, com impacto brutal no mercado de trabalho.

A pergunta que se faz é: qual o custo e qual o impacto da IA, especialmente em países como o Brasil, que não têm investido em tecnologias e já sofre com a falta de profissionais qualificados de ponta?", questionou. O parlamentar considera fundamental o país investir em educação e na qualificação da mão de obra. Para Izalci, a regulação do tema é necessária, mas deve ser cautelosa para não engessar a inovação ou implicar censura.

Estratégia nacional

Também convidado para o CB Debate, o secretário da Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), Henrique de Oliveira Miguel, detalhou a

visão do governo federal em relação ao tema. Ele também reforçou a necessidade de o Brasil, mesmo sendo a nação que mais utiliza a IA na América Latina, investir mais na educação e no ensino da utilização dessas ferramentas.

Para o especialista, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), definida em 2021, já apontava para a necessidade de letramento digital da população e na formação de mão de obra para o país atingir autonomia no segmento.

Segundo Henrique Miguel, o Brasil precisa estar inserido nesse debate, que é global, observando critérios importantes como interesse nacional e governança. "A União Europeia e os Estados Unidos avançaram, mas é uma questão complexa e tem que haver uma governança. As conversas nos encontros do G20 se mostraram fundamentais", disse.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

e Territórios (TJDFT), Roberval Belinati, descreveu as aplicações de IA na instituição. Desde 2014, o TJDFT está integrado no processo judicial eletrônico. Belinati informou que o DF tem 10 milhões de processos, dos quais pouco mais de 3 milhões no sistema eletrônico. "O processo de automação do Judiciário garante transparência, rapidez, economia e ampliação do acesso ao Poder Judiciário", comentou.

Mas o vice-presidente do TJDFT ponderou que a IA não substitui o ser humano. "Nós não queremos que ela substitua o sentimento humano, o amor, o calor humano, o acolhimento, a misericórdia e a compaixão. Isso está na alma do ser humano. A máquina não tem nada disso", disse o magistrado.

O subsecretário de Tecnologia da Informação do Governo de Goiás, Marcio Cesar Pereira, destacou os desafios dos entes federativos para desenvolver a tecnologia. Ele relatou que o governador do

estado, Ronaldo Caiado (União), incentivou a criação do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (Ceia) para soluções inovadoras, por meio do uso de dados.

Pereira destacou como a IA tem auxiliado na rotina dos trabalhos do governo. Mas ressaltou a necessidade de treinamento. "Para ter uma boa IA, é preciso ter um bom combustível, que é o dado. É preciso ter uma governança muito estruturada", disse.

Debate amplo

Segundo Jorge Mizael, cientista político e especialista em Compliance e Governança pela Universidade de Brasília (UnB), a inteligência artificial desafia a regulamentação porque se trata de um processo dinâmico.

"O conceito foi moldado ao longo do tempo. É importante que os parlamentares não coloquem isso como uma parede que não possa ser movimentada.

Essa parede vai ser construída de forma a ser flexível a necessidade de atualizações que ainda virão a ser implementadas", destacou.

Ricardo de Queiroz, professor da UnB e um dos acadêmicos mais influentes do mundo, também chamou a atenção para a complexidade do tema. "A inteligência artificial, hoje, é qualquer modelo com bilhões de parâmetros. Sabendo disso, em objetos de legislação, eu me preocupo com os fakes. Precisamos aprender a detectar e impedir a criação de textos, fotos falsas. Em segundo lugar, os direitos autorais?", ressaltou.

O especialista destacou o risco da tecnologia substituir a mão de obra humana. "Outro problema é a automação indiscriminada e o trabalho, pois isso vai tirar o trabalho de um monte de gente. O primeiro trabalho que vai embora é dos programadores", alertou o painelista.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza